

Economia

EMPREGO

Mercado de trabalho apresenta precarização

Rendimento médio dos trabalhadores caiu em agosto, enquanto taxa de desemprego subiu na Região Metropolitana

Adriana Lampert

adriana@jornaldocomercio.com.br

Um contingente de 14 mil pessoas ingressou no mercado de trabalho em setembro de 2016, mas apenas a metade deste volume conseguiu ser efetivada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Com isso, 7 mil trabalhadores engrossaram o número de indivíduos da População Economicamente Ativa (PEA) em busca de ocupação (estimado em 211 mil pessoas), aumentando a taxa de desemprego de 10,7% (em agosto) para 11% no mês seguinte. Segundo Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na RMPA, o contexto de recessão foi o principal responsável pelo cenário de deterioração e precarização do emprego na capital gaúcha e cidades vizinhas.

“Em um ano, cresceu o trabalho autônomo, o emprego sem carteira assinada e o emprego doméstico, enquanto houve queda no contingente de trabalhadores

assalariados e com carteira assinada”, observa a coordenadora do estudo pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), Iracema Castelo Branco. Para piorar, o rendimento médio real referente ao mês de agosto apresentou redução frente a julho para o total de ocupados (-5,9%), assalariados (-5,7%) e trabalhadores autônomos (-7,8%). Em termos monetários, esses rendimentos passaram a corresponder a R\$ 1.846,00, R\$ 1.880,00 e R\$ 1.522,00, respectivamente.

Desde 2015, vinha se desenhando a tendência de redução da ocupação de melhor qualidade, o que se comprovou em setembro, reforça Iracema. No entanto, neste período, a taxa de desemprego vinha permanecendo estável, em torno de 10%. “A mudança dos últimos dois meses se deve ao aumento da população economicamente ativa”, explica.

De acordo com o levantamento, em setembro, o nível ocupacional de Porto Alegre e Região se ele-

vou 0,4%. Nos últimos 12 meses, a indústria registrou crescimento de 19 mil ocupados (6,7%), enquanto a construção absorveu mais 3 mil pessoas (2,5%). Já os setores de comércio e serviços permaneceram com taxas negativas, com redução de 7 mil (2,1%) e 55 mil empregados (5,6%), respectivamente.

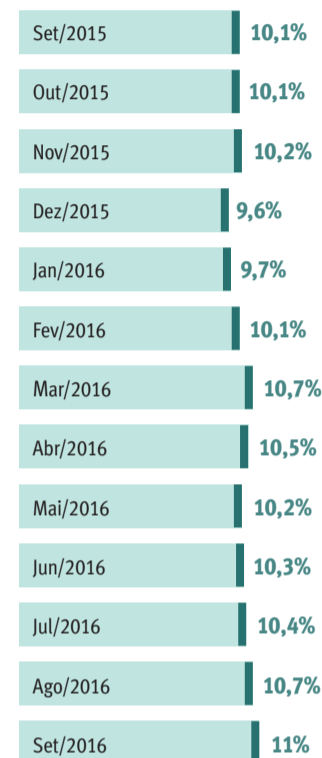
Na comparação anual, houve ainda diminuição do contingente de assalariados (menos 52 mil, ou -4,2%), resultante de reduções no setor privado (menos 36 mil, ou -3,5%) e no setor público (menos 15 mil, ou -7,4%). As empresas privadas dispensaram 41 mil indivíduos (-4,4%) com carteira assinada, e houve aumento de 5 mil pessoas na ocupação sem carteira (5,4%). “Com relação aos demais contingentes, constatou-se aumento de 28 mil trabalhadores autônomos (12,4%) e 5 mil empregados domésticos (5,4%), e diminuição de 26 mil indivíduos para as demais posições (-13,4%)”, destaca Iracema. Ela ressalta que a quantidade de

pessoas ocupadas está diminuindo em paralelo à renda média, que também registra queda. “Isso vem reduzindo a massa de rendimentos que circula na economia.”

No entanto, Iracema destaca que Porto Alegre foi a capital que registrou menor taxa de desemprego dentre as regiões metropolitanas avaliadas pela PED. No Distrito Federal e em Fortaleza, as taxas de desemprego ficaram estáveis em 18,5% e 13,2%, respectivamente. “Salvador também apresentou uma certa estabilidade, em um patamar de 25,5% - o maior índice de todas as regiões analisadas -, enquanto São Paulo registrou taxa de desemprego de 17,5%.”

O trabalho de coleta de dados da PED-RMPA é realizado mensalmente em convênio com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Fgtas), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE Fonte: PED-RMPA



Brasil fecha 39,3 mil vagas de emprego em setembro

O Brasil tem registrado, há um ano e meio, o encerramento de vagas de trabalho com carteira assinada. Em setembro, a quantidade de demissões superou as contratações em 39,3 mil, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho.

No cenário de crise econômica, setembro foi o 18º mês consecutivo em que o País demitiu mais trabalhadores do que contratou. Apesar do resultado negativo, o saldo foi melhor que o registrado em setembro de 2015, quando as demissões superaram as contratações em 95,6 mil - o pior resultado

para o mês na série histórica do Ministério do Trabalho, que tem início em 1992. Para o Ministério do Trabalho, a melhoria do resultado em relação a setembro de 2015 indica “continuidade na trajetória de recuo de perda de postos de trabalho com carteira assinada no País”.

Ainda assim, o resultado de 2016, no acumulado do ano, continua a bater recorde negativo. De janeiro a setembro, foram fechadas 683,6 mil vagas. Em 2015, o saldo negativo acumulado nos nove primeiros meses do ano foi de 562,2 mil. Em 12 meses, o País acumula uma perda de 1,6 milhão de postos de trabalho formal.

A indústria de transformação

se destacou, em setembro, com uma abertura de 9,3 mil postos de trabalho. No mesmo mês de 2015, o setor fechou 10,9 mil postos de trabalho.

O resultado do mês passado foi puxado, principalmente, pelo comportamento positivo na área de produtos alimentícios e bebidas, que teve um saldo positivo de 15,2 mil vagas. De acordo com o Ministério do Trabalho, esse comportamento reflete principalmente a atividade de fabricação de açúcar.

Além da indústria de transformação, o comércio foi o outro setor que, no mês de setembro, teve um saldo positivo. As contratações superaram as demissões em 3,9 mil.

A construção civil, por outro lado, foi a maior responsável pelas demissões no mês passado, com um saldo negativo de 27,6 mil. Em seguida, aparece o setor de serviços, com uma demissão líquida de 15,1 mil. A agricultura respondeu por um saldo negativo de 8,2 mil.

Entre as regiões, o Sudeste se destaca com o maior saldo negativo: as demissões foram maiores que as contratações em 63,5 mil em setembro. O Centro-Oeste aparece com um saldo negativo de 5,4 mil; e o Norte, com um resultado negativo de 1 mil.

O Nordeste contratou 29,5 mil pessoas a mais do que demitiu, e o Sul aparece com um saldo positivo de 1,1 mil.

País levará 95 anos para igualar salários de homens e mulheres

A diferença salarial entre mulheres e homens no Brasil é uma das maiores do mundo, e equiparar a condição dos dois sexos no País levará um século. Essas são algumas das conclusões do Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2016 do Fórum Econômico Mundial, publicado ontem em Genebra, na Suíça.

De acordo com o levantamento, as sociedades mais igualitárias são as escandinavas. O primeiro lugar é da Islândia, seguida por Finlândia, Noruega e Suécia, ao se considerar todos os aspectos econômicos, políticos, de saúde e de educação.

Entre 144 países avaliados, o Brasil ocupa apenas a 129ª posição no que se refere especificamente à igualdade de salários entre gêneros. Países criticados por violações aos direitos das mulheres, como Irã, Iêmen e Arábia Saudita, estão em melhor posição que o Brasil.

Para equiparar as condições de homens e mulheres, serão necessários 95 anos se o atual ritmo de progresso for mantido. Em termos gerais, incluindo política, educação e outros aspectos sociais, equiparar as condições entre gêneros no País levará 104 anos.

A taxa brasileira é melhor que a média mundial, de cerca de 170 anos. Ainda assim, segundo o relatório, o ritmo de avanço é consi-

derado “lento demais”.

O estudo aponta que o País subiu no ranking geral da entidade, passando da 85ª posição para a 79ª entre 2014 e 2015. Mas a classificação ainda é pior do que 10 anos atrás, quando o Brasil ocupava a 67ª posição. Hoje, o País fica atrás dos 17 outros países latino-americanos.

A disparidade econômica entre homens e mulheres no Brasil é um dos fatores que mais impedem o avanço no ranking. Nesse quesito, o País ocupa a modesta 91ª posição entre 144 países e é superado por Paraguai, China, Camboja e Chade.

O Brasil é ainda um dos seis países do mundo onde a diferença salarial entre homens e mulheres em cargos executivos é de mais de 50%. Além disso, a presença de brasileiras no mercado de trabalho também é menor: 62% ante 83% de homens. Isso coloca o Brasil na 87ª posição por esse critério.

No que se refere à renda média, a brasileira ganha por ano US\$ 11,6 mil. Já a renda média dos homens brasileiros é de US\$ 20 mil.

Na educação, a diferença entre homens e mulheres voltou a crescer pela primeira vez em cinco anos. O ponto positivo ficou no acesso à saúde, em que o País aparece em 1º lugar.



ANTONIO PAZ/IC

Construção civil foi maior responsável por demissões no mês passado